

Judith Butler e Paul Beatriz Preciado: uma comparação de dois modelos teóricos na construção da identidade de gênero na teoria queer¹



Alexis Emanuel Gros²

Tradutor: Patrick de Almeida Trindade Braga³

Resumo

O presente trabalho se propõe a contrastar dois modelos teóricos da construção da identidade de gênero dentro da teoria queer: o modelo performativo-teatral de Judith Butler e o biodrag de Paul Beatriz Preciado⁴. Para atingir esse objetivo, procede-se em dois passos. Primeiro, analisa-se a crítica de Butler à metafísica de gênero e se apresentam os contornos centrais de seu modelo performativo-teatral. Em seguida, estuda-se o papel que os conceitos do capitalismo farmacopornográfico e o pós-moneísmo desempenham na obra de Preciado, para, em seguida, passar a uma análise de seu modelo biodrag

Palavras-chave: teoria queer; identidade de gênero; performatividade; capitalismo farmacopornográfico; pós-moneísmo.

¹ Título Original: *Judith Butler y Paul Beatriz Preciado: una comparación de dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género en la teoría queer*

² Autor. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Licenciado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires. E-mail: alexisgros@hotmail.com

³ Tradutor. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados. (PPGS/UFGD). E-mail: patrick.braga006@academico.ufgd.edu.br

⁴ A versão original do texto traz o nome Beatriz Preciado. Considerando a recente transição de gênero do autor, mas sem desconsiderar a versão original, opto por apresentar o nome Paul Beatriz. (Nota do Tradutor)

Abstract

This paper aims to contrast two theoretical models of the construction of gender identity within queer theory: the performative-stage model of Judith Butler and Beatriz Preciado's biodrag. To meet our goal, we proceed in two steps. First, Butler's criticism of gender metaphysics is analyzed and the central guidelines of her performative-stage model are presented. Second, the role that the concepts of pharmaco-porno-capitalism and post-Money-ism play in the work of Preciado is studied, coming then to an analysis of her biodrag model.

Keywords: queer theory; gender identity; performativity; pharmaco-porno-capitalism; pos-Money-ism.

Resumen

El presente trabajo se propone contrastar dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género dentro de la teoría queer: el modelo performativo-teatral de Judith Butler y el biodrag de Beatriz Preciado. Para cumplir con este objetivo, se procede en dos pasos. Primero, se analiza la crítica de Butler a la metafísica de género y se presentan los lineamientos centrales de su modelo performativo-teatral. Segundo, se estudia el rol que los conceptos de farmacopornocapitalismo y posmoneyismo desempeñan en la obra de Preciado, para luego pasarse a un análisis de su modelo biodrag.

Palabras clave: teoría queer; identidad de género; performatividad; farmacopornocapitalismo; posmoneyismo.

Introdução

No começo dos anos noventa, surge nos Estados Unidos uma perspectiva nova no campo dos estudos de gênero: a teoria queer. Esta posição, representada por autoras como Judith Butler, Eve Kosofski Sedgwick e Teresa de Lauretis, entre outras, questiona o caráter natural – e, portanto, inevitável – da chamada heteronormatividade: a matriz binária segundo a qual se atribuem, classificam e regulam as identidades de gênero nas sociedades ocidentais. Para a teoria queer, ao contrário de estar inscrita na constituição ontológica do mundo ou fixada na biologia dos seres humanos, essa matriz é uma construção sócio-histórica. Na tarefa de desmontar e descentrar o regime sexual dominante no ocidente, os/as teóricos/as⁵ queer recorrem a procedimentos críticos que se inspiram na desconstrução pós-estruturalista da metafísica ocidental.

⁵ O texto original em espanhol apresenta pronomes, substantivos e artigos em suas formas masculinas quando se trata de termos no plural sem especificar gênero. Opto, entretanto, por utilizar as flexões masculinas e femininas, como atualmente se tem tornado comum na academia brasileira. (N.t.).

A desestabilização queer do regime heterossexista não obedece a fins meramente cognitivos. Pelo contrário, está guiada por um claro objetivo ético-político: tornar possível a vida das “sexualidades periféricas”; em outras palavras, das sexualidades que, ao não se encaixarem nos parâmetros dominantes no ocidente, veem-se condenadas à “rejeição social, à discriminação e ao estigma” (FONSECA-HERNANDES; QUINTERO-SOTO, 2009, p. 44). Por esta razão, para melhor compreender a proposta da teoria queer, é preciso compreender sua vinculação íntima com o movimento político queer, que surge em meados dos anos oitenta.

Como se sabe, em sua conotação comum, o termo inglês *queer* é um insulto que se refere pejorativamente a todas as formas “anormais” da sexualidade – “bicha”, “maricas”, “gay”, etc. – (FONSECA-HERNÁNDEZ, QUINTERO-SOTO, 2009; PRECIADO, 2012). No contexto da crise do HIV, um conjunto de microgrupos radicais – Act Up, Radical Furies e Lesbian Avengers, entre outros – reapropria-se desta injúria e modifica radicalmente seu sentido. Nas mãos desse nascente movimento, a palavra queer torna-se motivo de orgulho. Converte-se em um símbolo de resistência a processos de normalização e exclusão sexual que acontecem não somente na sociedade heterossexista, como também dentro daqueles espaços políticos que se situam criticamente em relação a ela: o feminismo e o movimento homossexual (PRECIADO, 2012). Para o movimento queer, no âmago desses posicionamentos pretensamente progressistas e emancipatórios, podem ser identificadas tendências excludentes e normativas análogas às do heterossexismo.

Com frequência, os setores que dominam o interior desses amplos espaços políticos fazem passar sua identidade particular pela identidade geral do movimento: assim, por exemplo, no feminismo, comumente identifica-se a figura da “mulher” com a mulher branca e ocidental. Isto dá espaço a processos de paternalismo, vampirismo e ventriloquia que condenam os grupos subordinados – as caminhoneiras, os/as transexuais, os/as imigrantes, os/as mestiços/as, etc. – a posições de ostracismo (LECINHA-BLANCHARD, 2006).

Combatendo os perigos de toda essencialização identitária, o movimento queer se define como pós-identitário (PRECIADO, op. cit.). “Não é uma sexualidade a mais no folclore mundial, mas uma posição crítica, atenta aos processos de exclusão e marginalização que gera toda ficção identitária” (Ibid., p. 5). Com efeito, longe de se

apresentar como um movimento de “homossexuais” ou de “mulheres”, o queer quer se mostrar como um movimento político de “dissidentes de gênero”.

Diante do exposto, infere-se que uma das missões teóricas fundamentais, se não a fundamental, da teoria queer consiste na desontologização das identidades de gênero, tarefa que só pode lograr êxito ao evidenciar-se seu caráter construído e contingente. Neste sentido, o construtivismo se apresenta como o antídoto por excelência para o essencialismo e suas consequências violentas. Com efeito, deixando de lado as inegáveis nuances, pode-se afirmar que praticamente todos/as os/as teóricos/as queer concordam que o gênero é um construto sócio-histórico. (BUTLER, 1990, 2007; DE LAURETIS, 1987; SEDWICK, 1990; PRECIADO, op. cit.).

Destarte, e aqui reside o ponto de partida deste artigo, na atualidade não há um acordo absoluto sobre o modo como acontece essa construção. Durante toda a década de noventa, o modelo teatral-performativo desenvolvido por Judith Butler foi a perspectiva dominante a esse respeito (Id., 2010). Nos últimos anos, entretanto, surgiram posições alternativas, como o modelo biodrag de Paul Beatriz Preciado (2008; 2009) que desafiam a hegemonia dessa concepção.

O presente trabalho se propõe a contrastar o modelo teórico butleriano da construção da identidade de gênero com o novo modelo, desenvolvido por Preciado. Para cumprir esse objetivo, o artigo se divide em duas seções. Na primeira, depois de revisar a crítica butleriana à metafísica de gênero, leva-se a cabo uma apresentação dos conceitos centrais do modelo performativo-teatral. No segundo se apresentam os conceitos preciadianos de capitalismo farmacopornográfico e pós-moneísmo e, em seguida, se esboça os conceitos fundamentais do modelo biodrag.

Antes de começar a exposição, é necessário deixar claro os limites deste trabalho. Em primeiro lugar, deve-se aclarar que ele não pretende, de maneira alguma, ser uma apresentação exaustiva das obras completas de Butler e Preciado. Antes, opta-se por analisar de forma rigorosa quatro textos das autoras que possuem central relevância para o problema que aqui se apresenta. São eles: *Gender trouble* e *Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory*, de Butler; e *Testo yonqui* e *La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos*, de Preciado. A escolha de escritos de um primeiro momento da obra butleriana – de 1988 e 1990, respectivamente – se dá por que Preciado (2009) dirige

suas objeções fundamentais à primeira Butler – isto é, a Butler do modelo performativo-teatral – e não àquela de *Bodies that matter*⁶.

Na parte que trata de Preciado, será analisado *Texto Junkie* – de 2008 – devido à sua proximidade temporal e conceitual com *La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos* – de 2009. Este último artigo, no qual o autor espanhol esboça de maneira preliminar uma comparação entre seu modelo teórico e o butleriano atuou como prepulsor das reflexões que motivam esse escrito.

1. Judith Butler: crítica à metafísica de gênero e ao modelo da performatividade teatral

1.1. A crítica à metafísica de gênero

Inspirada nas obras de Adrienne Rich e Michel Foucault, Butler defende que na modernidade ocidental foi construído e instituído um regime normativo no que tange ao gênero e à sexualidade: a heteronormatividade ou heterossexualidade obrigatória (BUTLER, 2007, p. 8; FEMENÍAS, 2002). Esse regime define quais são as identidades de gênero inteligíveis e corretas e castiga aquelas que não o são. Segundo os cânones da heteronormatividade, só existem duas identidades sexuais verdadeiras: “homem” e “mulher”.

Trata-se de dois modelos morfológicos idealizados nos quais se constata uma coerência perfeita entre sexo biológico, gênero e desejo. “Os gêneros ‘inteligíveis’ são os que de alguma maneira instauram e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, op. cit., p. 73). Assim, por exemplo, para ser considerado um “homem” dentro dos padrões dessa matriz cultural, o indivíduo deve contar com órgãos sexuais definidos como masculinos, seguir práticas de gênero associadas normalmente à masculinidade e orientar seu desejo a sujeitos do sexo feminino.

No caso de não existir uma concordância perfeita entre esses três aspectos da sexualidade, o sujeito em questão é estigmatizado como anormal e submetido a rigorosas

⁶ Em geral, costuma-se diferenciar duas etapas na obra de Butler (PRECIADO, 2008; SALIH, 2007). Uma primeira fase, na qual a autora promulga o modelo performativo-teatral, e uma segunda, no qual “trata de redefinir a performance teatral em termos de performatividade linguística”. (PRECIADO, 2008). Neste trabalho, ressaltar-se-á a primeira Butler, que é a que interessa a Preciado. (N.a.).

consequências punitivas. Com efeito, para Butler, a matriz cultural heterossexista “exige que alguns tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’: aquelas nas quais o gênero não é consequência do sexo e outras nas quais as práticas do desejo não são ‘consequência’ nem do sexo nem do gênero” (Ibid., p. 73). Essas identidades falsas ou ininteligíveis são vítimas de uma severa violência excludente que as condena à uma forma de “suspensão da vida, ou uma sentença de morte”. (Ibid. p. 24).

Na perspectiva de Butler, o regime heterossexista foi naturalizado no sentido comum do Ocidente, ou seja, converteu-se em um estado de coisas tão óbvias que parece se inscrever na estrutura ontológica da realidade. Para a autora, a naturalização da heteronormatividade tem como consequência a invisibilização de seu caráter eminentemente violento e de sua condição de construto contingente. Em *Gender Trouble*, Butler (2007, p. 24) aponta que

identificar essa violência [a violência normativa do gênero] era difícil porque o gênero era algo que se tratava como dado e que ao mesmo tempo se vigiava terminantemente. Pressupunha-se que era uma expressão natural do sexo ou uma constante natural que nenhuma ação humana era capaz de modificar.

De acordo com Butler, a heterossexualidade compulsória não é percebida pelo sujeito médio – e nem pela maioria das pessoas da academia – como o violento dispositivo normativo que é na realidade, mas sim como uma descrição inocente da natureza eterna das coisas (FEMENÍAS, op. cit.). A heteronormatividade esconde seu caráter prescritivo e contingente em um halo aparentemente asséptico e eterno de noções como natureza e essência. Poderia afirmar-se que o propósito teórico primordial da obra de Butler é a desnaturalização e a desestabilização do obsoleto regime heterossexista. Esta empreitada filosófica não deve ser entendida como um mero devaneio intelectual. Ela, segundo as palavras da própria Butler (op. cit., p. 29) obedece, em última instância, a um objetivo de caráter ético-político: “resistir às violências das normas de gênero”.

A obstinação deste texto [*Gender trouble*] por “desnaturalizar” o gênero tem sua origem no desejo intenso de se opor à violência normativa inerente às morfologias idealizadas do sexo, bem como eliminar as suposições hegemônicas acerca da heterossexualidade natural ou presumida em que se baseiam os discursos ordinários e acadêmicos sobre a heterossexualidade [...] obedece a um desejo de viver, de tornar a vida possível e de repensar o possível enquanto tal. (Ibid., p. 24)

Para levar a cabo essa iniciativa, a pensadora estadunidense se vale de ferramentas teóricas de raízes nietzschiana que retoma do pós-estruturalismo francês: a desconstrução e a genealogia. A condição de possibilidade da aplicação deste instrumento filosófico em um terreno estrangeiro como o dos estudos de gênero é, para Butler, a analogia estrutural que existe entre o regime heterossexista e a “metafísica da substância” ocidental. Butler (2007) fala, com efeito, em uma “metafísica da substância de gênero”.

Como se sabe, em suas diferentes variantes, a metafísica ocidental crê poder apreender racionalmente a “essência do mundo”, o “sentido e significado de tudo” e expressá-lo em um sistema teórico unitário (HORKHEIMER, 1968). Esta crença se sustenta na suposta identidade do indivíduo capaz de pensar: o mundo está organizado de maneira racional, constituído da mesma matéria que a inteligência humana e, por conseguinte, sua estrutura, pode ser descoberta por toda pessoa que se valha sistematicamente de sua capacidade de raciocinar. Desde o pensamento grego clássico, a metafísica ocidental concebe a estrutura do ser como organizada em termos de substância e acidente. O mundo estaria composto de múltiplas substâncias: entes indivisíveis, idênticos em si e com existência independente que atuam como um substrato fixo de atributos ou acidentes (como, por exemplo, o sistema monadológico de Leibniz (2004)).

A metafísica da substância é uma frase relacionada à Nietzsche dentro da crítica contemporânea do discurso filosófico. Em um comentário sobre Nietzsche, Michel Haar afirma que numerosas ontologias filosóficas são presas a certas ilusões do “ser” e da “substância” motivadas pela ideia de que a formulação gramatical da substância e atributo reflete a realidade ontológica anterior de sua substância e atributo (BUTLER, op. cit., p. 77)

Isto posto, é necessário considerar o isomorfismo apontado por Butler entre a metafísica e a heteronormatividade. Pode-se falar de uma metafísica de gênero operante no sentido comum ocidental, na medida em que ela crê que pode apreender a estrutura ontológica da realidade de gênero. Ela estaria estruturada desde o princípio e *ad aeternum* em dois tipos de “substâncias constantes”: os sujeitos “masculinos” e os sujeitos “femininos”, sendo cada tipo de substância portadora de uma série de acidentes correspondentes (LEIBNIZ, 2004). Para Butler, na ontologia sexual no sentido comum ocidental, os acidentes de gênero – ou seja, os atos individuais nos quais o gênero se manifesta: gesto, vestimenta, comportamento, etc. – são concebidos como atributos que expressam uma substância de gênero existente *a priori*. Nesta perspectiva, um indivíduo nasce portador de

uma identidade de gênero imutável, definida pelo sexo biológico, identidade a qual se manifesta através de um conjunto de comportamentos compatíveis com ela.

A teoria popular implícita dos atos e gestos como expressões de gênero sugere que o próprio gênero é algo que precede os atos, posturas e gestos através dos quais é performado e conhecido; de fato, o gênero aparece no imaginário popular como um núcleo substancial que poderia ser entendido como um correlato psíquico ou espiritual do sexo biológico (BUTLER, 1988, p. 528).

Assim, para compreender integralmente a analogia feita por Butler entre a metafísica da substância e o regime heterossexista, é necessário levar em conta outra característica fundamental do pensamento metafísico ocidental. Desde suas origens na Grécia antiga, a metafísica jamais teve fins meramente cognitivos. Pelo contrário, a obtenção do saber absoluto sobre a constituição do ser sempre esteve o objetivo de fundamentar racionalmente as normas éticas da existência humana. Desta forma, o pensamento metafísico crê poder deduzir as regras da boa vida a partir de sua descrição teórica das estruturas essenciais do mundo. A “consciência absoluta” da “ordem absoluta” representa para o homem uma “exigência absoluta”, a exigência de levar uma vida autêntica, ou verdadeira, ou seja, ajustar seu modo de vida (*lebensführung*) às leis do ser (HORKHEIMER, 1968). “Conservar o próprio ser ou tornar-se aquilo que se é, opera, pois, como uma ética máxima” (Ibid., p. 39).

Algo similar acontece para Butler com a metafísica do gênero. O conhecimento absoluto da ontologia de gênero que move o senso comum ocidental também possui consequências normativas: a heterossexualidade compulsória aparece como uma consequência óbvia do conhecimento da estrutura essencial da realidade sexual. Desta forma, a prescrição passa por mera descrição, o caráter arbitrário e coercitivo do regime heterossexista se esconde atrás da inocência asséptica de uma suposta compreensão absoluta da constituição do ser. Em outras palavras: saber que existem somente dois gêneros substanciais implica naturalmente a exigência inescapável ao sujeito de adequar sua própria vida a essa verdade última. Não se pode ir contra a estrutura do real e, portanto, as performances de gênero dos indivíduos devem se limitar a expressar o núcleo substancial da identidade sexual.

1.2. O modelo performativo-teatral

Pode-se dizer que a desconstrução butleriana do regime heterossexista ocidental opera simultaneamente em dois planos: um macrosociológico – ou estrutural – e outro microsociológico – ou fenomenológico. Esta operação dual se apoia em uma concepção dialética ou sintética do social, análoga àquela de autores como Pierre Bourdieu (2007). Sob essa perspectiva, a análise crítica de um fenômeno social como a identidade de gênero deve dar conta não somente de suas condições objetivas de manifestação – ou seja, a estrutura social – como também de fatores subjetivos que atuam em sua produção e reprodução – a ação social. Nesse sentido, Butler parece se valer da velha máxima marxista: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem [...] e sim sob aquelas circunstâncias com as quais se defrontam diretamente, que existem e foram legadas pelo passado” (MARX, 1968, p. 13).

Pode-se ressaltar que sem seres humanos, cujos atos produzem e mantêm as condições de opressão, tais condições sucumbiriam, mas deve-se observar que a relação entre atos e condições não é unilateral, nem tampouco imediata. Há contextos sociais e convenções dentro das quais certos atos não somente se tornam possíveis, como também concebíveis como atos (BUTLER, op. cit., p. 525).

Em um nível macrosociológico, Butler dialoga com Foucault ao defender que o sistema de heterossexualidade compulsória, entendido como um dispositivo disciplinar que delimita e regula o espaço social em toda sua extensão, foi constituído e imposto estruturalmente na modernidade ocidental com o objetivo de garantir a reprodução da espécie. “Como Foucault e outros apontaram, a associação de um sexo natural com um gênero discreto e com uma ‘atração’ ostensivamente natural em relação ao sexo/gênero oposto é uma conjunção não natural de construtos culturais a serviço de interesses reprodutivos” (BUTLER, op. cit., p. 524). O objetivo da crítica estrutural consiste, pois, em “centrar – e descentrar – essas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2007, p. 37). Esse tipo de análise crítica objetiva desnaturalizar a heteronormatividade por meio de um estudo genealógico orientado a desvelar os interesses políticos que operam na construção e instauração das categorias dominantes da identidade sexual (Ibid.).

Destarte, sem deixar de reconhecer a importância fundamental da crítica estrutural ao regime heterossexista, Butler indica que ela também comete o erro de desvalorizar o

papel da ação subjetiva cotidiana na construção da realidade de gênero. De modo similar a autores como Harold Garfinkel (1967), Butler (1988) considera que a perspectiva estruturalista rebaixa o sujeito ao status de um dependente da cultura, na medida em que o concebe como uma mera tábula rasa na qual se inscrevem as regras estruturais. Por este motivo, ela aponta que a desestabilização teórica do regime heterossexista ocidental só pode ser completa ao se levar em conta também “o modo mundano no qual esses construtos [de gênero] são produzidos, reproduzidos e mantidos dentro do terreno dos corpos” (Ibid., p. 526). Em outras palavras: a crítica macrossociológica ou estrutural deve ser indissociável de uma crítica microssociológica ou fenomenológica.

Em sua análise microssociológica da construção do gênero, Butler retoma, de maneira heterodoxa e idiossincrática, alguns elementos da tradição fenomenológica, fundada por Edmund Husserl, para reler Simone de Beauvoir. Para Butler (1988, p. 526) a fenomenologia “busca explicar a maneira mundana que os agentes sociais constituem a realidade social através da linguagem, dos gestos e todo tipo de signo social”. Sob a perspectiva butleriana, a análise fenomenológica permite des-reificar o mundo social e captá-lo em seu *status nascendi*, ou seja, produzindo-se e reproduzindo-se constantemente nos atos constituintes da experiência subjetiva cotidiana. Assim, distanciando-se da substancialização do sujeito, própria da fenomenologia husserliana (Cf. Husserl, 2009), Butler concorda com Nietzsche que “não há nenhum ‘ser’ atrás do fazer, do atuar, do devir; o agente foi ficticiamente incorporado ao fazer, o fazer é tudo (NIETZSCHE apud. BUTLER, 2007, p. 85).

Assim, a subjetividade não é um lócus substantivo do qual brotam atos, mas sim um produto contingente destes últimos. Em outras palavras, o agente social aparece “como um objeto antes de [aparecer] como o sujeito dos atos constitutivos” (Ibid., p. 85). De acordo com Butler, essa dessubstancialização do sujeito permite romper com a previamente mencionada concepção expressiva da identidade de gênero hegemônica no ocidente. Se se postula que não existe a priori um sujeito substantivo do qual emanam atos constitutivos da experiência, também pode-se afirmar que não há uma identidade de gênero substancial ligada essencialmente a esse sujeito, identidade que os atos de gênero se limitariam a performar.

A partir dessa abordagem fenomenológica heterodoxa, Butler relê a clássica afirmação de Beauvoir de que: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A teórica

estadunidense toma o clássico enunciado de Beauvoir como base para formular sua concepção performativa de gênero. Afirmar que a identidade de gênero é performativa implica dizer que ela só existe em e através de um conjunto de atos de gênero. Nas palavras de Butler (1988, p. 528): “a realidade de gênero é performativa, o que significa, simplesmente, que só é real na medida em que é performada”. “As diferentes performances de gênero criam a ideia de gênero, e, sem esses atos, não haveria gênero algum” (Ibid., p. 522).

Para melhor compreender a concepção performativa butleriana de identidade de gênero, é preciso tratar com maior precisão o caráter dos tais atos constitutivos. Segundo Butler, as performances de gênero são eminentemente corporais: tratam-se de gestos, movimentos, posturas, comportamentos, etc. Nessa linha, pode-se assegurar que Butler se distancia do mentalismo da fenomenologia de Husserl (2009) – para quem os atos constitutivos são vivências intencionais da consciência pura – aproximando-se de posturas fenomenológicas que dão ênfase à experiência subjetiva da corporalidade ou corporeidade (MERLEAU-PONTY, 1945/1985).

Por outro lado, a partir da posição butleriana, a performatividade de gênero não deve ser entendida como um ato único e pontual, mas sim como uma série de ações repetidas que se sustentam ao longo do tempo (BUTLER, 2007). A repetição contínua de certos atos corpóreos tem como efeito a “estilização do corpo” (Id., 1988; 2007), qual seja, a definição de um determinado estilo à um indivíduo. Em outras palavras: ao serem reiterados ritualística e continuamente, os gestos, comportamentos e posturas se sedimentam na corporeidade, dando origem a um tipo de *habitus* naturalizado. É dessa maneira que se constitui a “aparência substancial” (Id., 2007, p. 274) de um corpo generificado, isto é; a ilusão de um corpo naturalmente “masculino” ou “feminino”.

O corpo se torna seu gênero através de uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo [...] deve-se tentar reconceber o corpo generificado como o legado de atos sedimentados antes de [concebê-lo] como uma estrutura predeterminada ou foracluída, uma essência ou fato, seja natural, cultural ou linguística (Id., 1988, p. 523).

De acordo com Butler (2007, p. 274), tanto a audiência como os/as próprios/as atores/atrizes caem nas mesmas armadilhas dessa ilusão de substância e terminam crendo no caráter natural e necessário da realidade de gênero: “a aparência da substância é exatamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa na qual o público

social mundano, incluídos os/as próprios/as atores/atrizes, chega a crer e atuar em razão da crença”.

Butler (1988, p. 521) ainda considera, e este é um dos aspectos centrais de sua primeira proposta teórica, que essas performances de gênero “possuem semelhanças com os atos performativos dentro do contexto teatral”. A autora pensa que, tal como toda forma de corporeidade, a identidade de gênero possui uma estrutura dramática. “Fazer, dramatizar, reproduzir, essas parecem ser algumas das estruturas elementares da corporeidade” (Ibid., p. 521). Sob esse ponto de vista, “não se é simplesmente um corpo [...], mas sim faz-se seu corpo” (Ibid., p. 521). Esse fazer o próprio corpo, entretanto, não é puramente livre; não brota da vontade e criatividade do sujeito individual. Ele, antes reproduz um roteiro sociocultural que estipula os papéis a serem performados, e que são entendidos como estilos corporais predefinidos. A partir disso, infere-se que no roteiro de gênero vigente no ocidente – a heteronormatividade – só há dois papéis ou estilos corporais possíveis: “homem” e “mulher”. “O ato que se faz, o ato que se performa, é um ato que já existia antes de chegar à cena. O gênero é, portanto, um ato que já foi ensaiado, assim como o roteiro sobrevive ao ator particular que se vale dele” (Ibid., p. 526).

Defender que os papéis de gênero são predefinidos por um roteiro social não implica, entretanto, para Butler (1988, p. 256) conceber o ator individual como um mero autômato que se limita a reproduzir maquinalmente um padrão cultural. Se fosse assim, a autora cairia no mesmo erro reducionista que imputa à perspectiva estruturalista.

O gênero não é uma decisão radical ou um projeto que reflete uma decisão meramente individual, mas tampouco é imposto ou inscrito sobre o indivíduo, como alguns descentramentos pós-estruturalistas do sujeito apontam. O corpo não é passivamente inscrito com códigos culturais como se fosse um recipiente sem vida [...] (Ibid., p. 256)

A crítica ao objetivismo unilateral tem em Butler uma importância não somente teórico-social como política. Por um lado, como apontado, Butler considera que para ser completa, a análise do fenômeno da identidade de gênero levar em conta tanto seus determinantes objetivos, como os comportamentos cotidianos nos quais se produz e reproduz. Por outro, de acordo com Sara Salih (2007, p. 55) deve-se apontar que a agência individual é central para Butler, na medida em que “significa as oportunidades de subverter a lei contra si mesma em busca de fins políticos radicais”. Em outras palavras: o conceito de agência abriga para Butler a possibilidade de subverter a heteronormatividade mediante

modos diferentes de atuar e performar o gênero. Essas possibilidades subversivas da performatividade estão totalmente ocultas em discursos estruturalistas e pós-estruturalistas que diluem por completo o papel desempenhado pela subjetividade na constituição da realidade social.

Butler (1988) defende essas ideias recorrendo mais uma vez à metáfora teatral: para o ser, uma obra de teatro necessita não somente de um roteiro, mas também de atores/atrizes que lhe tragam à vida e atualizem suas potencialidades. De fato, um mesmo texto pode ser performado das mais diversas maneiras por diferentes intérpretes. Analogamente, a realidade de gênero só pode surgir a partir da ação conjunta destes dois momentos inseparáveis: a heteronormatividade – o roteiro – e as performances de gênero – a atuação.

Os/as atores/atrizes estão sempre no cenário, dentro dos termos da performance. Assim como um roteiro pode ser representado de vários modos, e assim como a obra exige tanto do texto como da interpretação, também o corpo com gênero performa sua parte em um espaço cultural restringido corporalmente e representa interpretações dentro dos confins de uma direção já existente. (Ibid., 1988, p. 526)

Outra característica central que as performances de gênero compartilham com as teatrais é o caráter eminentemente público e coletivo (Id., 2007). A performance teatral jamais é um acontecimento meramente individual. A menos que se trate de um monólogo, o/a protagonista está acompanhado por outros atores/atrizes no cenário e, por sua vez, a obra é presenciada por uma audiência. De forma similar, longe de ser um acontecimento privado, as performances constitutivas de gênero se dão com outros e em frente dos outros. Sob uma perspectiva butleriana, em tantos fenômenos coletivos e públicos, as performances de gênero possuem uma atmosfera ritualística, quase litúrgica. Nelas, a coordenação temporal intersubjetiva tem uma importância crucial. “Ainda que haja corpos individuais que performam essas significações ao se estilizarem em modelos de gênero, esta ‘ação’ é pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas e seu caráter público possui consequências” (Ibid., p. 273).

Do ponto de vista butleriano, um(a) ator/atriz social cumpre com o roteiro do drama de gênero quando tenta personificar, com relativo êxito, o papel de gênero que lhe foi designado em seu nascimento. Trata-se de uma tentativa de personificação e não de uma personificação bem-sucedida, porque os ideais morfológicos de gênero – a masculinidade

e feminilidade – são, em última instância “lôcus ontológicos fundamentalmente inabitáveis” (Ibid., p. 284) ou seja, “normas [...] quiméricas, impossíveis de personificar” (Ibid., p. 274). Nesse sentido, Butler afirma que a performance de gênero é uma imitação ou uma paródia sempre fracassada de gêneros originais impossíveis de serem performados, existentes somente em um plano ideal.

Os/as atores/atrizes sociais, com efeito, tratam de se aproximar desses ideais mediante a repetição paródica contínua das performances de gênero, sem conseguir jamais se adequar completamente a elas. Aí estão inclusos até mesmo aqueles casos em que as “essências” masculina e feminina parecem ter ganho vida em indivíduos particulares – por exemplo, nas figuras do “herói de guerra” e da “mãe afetuosa”, respectivamente.

Diante do exposto, é possível perceber melhor o papel fundamental da análise da travestilidade na teoria butleriana. Apoiando-se no estudo da antropóloga Esther Newton *Mother Camp: Female Impersonators in America*, Butler defende que a performance hiperbólica que as drag queens fazem do ideal de feminilidade evidencia o caráter imitativo de toda performance de gênero. Tanto a “travesti” quanto a “mulher biológica” buscam se aproximar do ideal da feminilidade através da performance constante de atos de gênero. “A travestilidade é uma imitação de gênero ou uma performance que ressalta os atos significativos através dos quais se determina o gênero em si?” (Ibid., p. 37). “Ao imitar o gênero, a travesti manifesta de forma explícita a estrutura imitativa do gênero, bem como sua contingência”. (Ibid., p. 269).

Destarte, apesar dos isomorfismos, as performances de gênero se distinguem das teatrais em um ponto central. Dando um giro em sua argumentação e retomando Émile Durkheim (2001) de *As Regras do Método Sociológico* Butler (1988, p. 527) aponta que “as performances de gênero em contextos não teatrais são regidas por claras convenções sociais punitivas e regulatórias”. Assim, as performances de gênero são vigiadas e reguladas por um aparato coercitivo que pune aqueles que performam seu gênero de maneira inadequada. Aqueles que não cumprem o papel que lhes foi designado pela heteronormatividade sofrem uma sanção social que pode ir do desprezo e ostracismo até à violência física explícita. Para compreender essas sanções, basta pensarmos nas severas consequências enfrentadas, no Ocidente, pelos sujeitos de sexualidade desviante, excluídos em questões sociais por não seguirem à risca os mandamentos da matriz heterossexista. Para Butler a performance de gênero é, em última instância, uma estratégia de sobrevivência cultural. Performar o gênero

corretamente é um subterfúgio que garante aos indivíduos o reconhecimento por parte de seus pares e lhes permite se livrar das severas punições físicas e psíquicas.

Por conseguinte, como uma tática de sobrevivência dentro de sistemas obrigatórios, o gênero é uma atuação com consequências definitivamente punitivas. Os gêneros diferenciados são uma parte do que “humaniza” os indivíduos dentro da cultura atual; de fato, sancionamos constantemente aqueles que não representem bem seu gênero (Id., 2007, p. 272).

2. Paul Beatriz Preciado: a era farmacopornográfica, o pós-moneísmo e o modelo biodrag

2.1. A era farmacopornográfica

Nos escritos do autor espanhol Paul Beatriz Preciado, encontra-se um modelo teórico alternativo da construção da identidade de gênero que convida a pensar nos limites da concepção performativo-teatral butleriana. Esse novo modelo teórico, que se pode denominar modelo biodrag, sustenta-se em um ambicioso diagnóstico macrosociológico sobre as especificidades do capitalismo contemporâneo, diagnóstico que dificilmente se encontraria nos escritos de Butler. Com efeito, se se quer compreender o modo que Preciado concebe a construção da identidade sexual em um plano da cotidianidade contemporânea, é necessário antes esboçar os traços fundamentais de sua pormenorizada análise das sociedades capitalísticas que hoje existem.

Segundo Preciado (2008) na atualidade estamos em uma nova etapa do capitalismo: a farmacopornografia. Essa nova fase, que começa a se desenvolver incipientemente durante o pós-guerra, e se consolida de forma definitiva nos anos setenta devido à crise do petróleo, caracteriza-se por colocar a gestão biotecnológica da sexualidade no centro da atividade econômica. Para o filósofo espanhol, o negócio do novo milênio é “a gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade” (Ibid., p. 26), gestão que se realiza através de mecanismos “biomolecular[es] (fármacos) e semiótico-técnico[s] (pornografia) [...] dos quais a pílula anticoncepcional e a revista Playboy são paradigmáticas”. (Ibid., p. 30). Nesse sentido, diferentemente do capitalismo fordista, o capitalismo farmacopornográfico não produz objetos concretos, mas “ideias móveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas, estados da alma” (Ibid., p. 45).

Para explicar o funcionamento peculiar desta nova fase do capitalismo, Preciado cunha o conceito de “força orgásmica” ou *potentia gaudendi*. “Trata-se da potência (real ou virtual) de excitação total de um corpo” (Ibid., p. 38). Essa nova noção opera na análise de Preciado um papel análogo àquele do conceito de “força de trabalho” na teoria marxista do capitalismo clássico. No capitalismo do século XIX teorizado por Marx, os ganhos eram oriundos da extração da mais-valia da força de trabalho fabril; no capitalismo farmacopornográfico de Preciado, por sua vez, eles surgem da exploração da força orgásmica, através de dispositivos biotecnológicos de controle da subjetividade sexual. “No sexo, os órgãos sexuais, o pensamento, a atração, se deslocam para o centro da gestão tecnopolítica na medida em que está em jogo a possibilidade de explorar a força orgásmica” (Ibid., p. 40).

O nome dado por Preciado (2008, p. 30) para designar esse novo tipo de capitalismo “quente, psicotrópico e punk” reflete o entrelaçamento que existe entre suas duas indústrias fundamentais: a farmacêutica e a pornográfica. “A indústria farmacêutica e a do audiovisual do sexo são os dois pilares sobre os quais se sustenta o capitalismo contemporâneo, os dois tentáculos de um gigantesco e viscoso circuito integrado” (Ibid., p. 45). Segundo Preciado, o vínculo entre ambas as indústrias se expressa no programa de ação do capitalismo farmacopornográfico: “controlar a sexualidade dos corpos codificados como femininos e fazer gozar os corpos codificados como masculinos”.

O objetivo farmacêutico – cuja ênfase é direcionada, sobretudo, às mulheres – e o pornográfico – dirigido, mormente, para os homens – são complementares e se ajudam mutuamente. “Não há pornografia – para homens – sem uma vigilância e um controle farmacopolítico paralelo da sexualidade das mulheres” (Ibid., p. 44). Em outras palavras: a pílula anticoncepcional e a Playboy, símbolos do controle fármaco e pornográfico da subjetividade sexual que emergem nos anos 50, não podem ser compreendidos dissociadamente. O “macho” viril, desejoso de descarregar sua potência orgásmica a todo custo não é senão o complemento perfeito à “mulher” submissa consumidora de pílula, que aparece nua na Playboy. Ademais, para Preciado (2008, p. 44) “a transformação da cooperação sexual em principal força produtiva não poderia suceder sem o controle técnico da reprodução”. Ou seja: não é possível liberar as potencialidades da força masturbatória “masculina” sem desenvolver mecanismos contraceptivos “femininos” como a pílula. Assim, graças ao êxito do programa farmacopornográfico da segunda metade do século

XX, a matriz heterossexista ocidental garante sua consolidação. Radicalizando este argumento, o autor argumenta (Ibid., p. 81) que “a masculinidade e feminilidade são criações da II Guerra Mundial, que conheceram sua plena expansão comercial durante a Guerra Fria, como a comida enlatada e o computador [...]”.

2.2. O pós-moneísmo

Segundo Preciado (2008; 2009) a era farmacopornográfica permite o surgimento de um novo regime de sexualidade, denominado pós-moneísmo, que substitui o regime disciplinar do século XIX teorizado por Michel Foucault. Como se detalhará a seguir, o pós-moneísmo se caracteriza por governar a subjetividade sexual com base em dispositivos biotecnológicos de caráter microprotéticos inexistentes no século XIX e no começo do século XX.

Foucault tangencia um conjunto de transformações que acontecem a partir da II Guerra Mundial e que, na minha opinião, exigem uma terceira episteme, nem soberana nem disciplinar, nem pré-moderna nem moderna, que leve em conta o impacto das novas tecnologias do corpo, uma episteme a qual chamo pós-moneísta, fazendo referência à figura do Dr. John Money (PRECIADO, 2009, p. 20)

Para o teórico espanhol, o ponto de partida para essa nova episteme sexual é o surgimento da categoria de gênero (*gender*). Longe de ser um termo cunhado pelo feminismo da década de sessenta, a categoria é produto do discurso médico do final dos anos quarenta. No começo da Guerra Fria, observando o negócio farmacopornográfico do novo milênio, os EUA passam a investir massivas quantidades de dinheiro em pesquisa científica sobre sexo e sexualidade (Ibid.). Nesse contexto, o psiquiatra John Money, especialista no estudo de bebês intersexuais, desenvolve o conceito de gênero. Money define o gênero como o “pertencimento de um indivíduo a um grupo cultural reconhecido como masculino ou feminino” (Id., 2008, p. 27), distinguindo-o da categoria biológica de “sexo”, hegemônica no regime sexual disciplinar do século XIX.

Contrastando com a rigidez e permanência da noção disciplinar de sexo, o gênero pós-moneísta tem um caráter plástico e flexível. Para Money, com efeito, o gênero de qualquer criança pode ser modificado antes dos 18 meses de idade mediante procedimentos cirúrgicos e tratamentos hormonais (Id., 2009, p. 21). “Se no sistema disciplinar do século XIX o sexo era natural, definitivo, intransferível e transcendental; o gênero aparece agora

como sintético, maleável, variável, suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido” (Id., 2008, p. 82). Preciado (2009, p. 22) considera que a introdução da categoria gênero abre “a possibilidade de usar a tecnologia para modificar o corpo segundo um ideal regulador pré-existente do que um corpo humano (masculino ou feminino) deve ser”. Assim, pode-se afirmar que o conceito de gênero constitui a condição de possibilidade de aparição de um conjunto de novidades técnicas de normalização e transformação da subjetividade sexual – fundamentalmente endocrinológicas e cirúrgicas – que darão ao pós-moneísmo sua compleição particular.

Segundo Preciado (2008; 2009) existe uma distância considerável entre as técnicas de normalização dos corpos sexuais que imperavam no regime disciplinar da sexualidade e aquelas que guiam hoje em dia o regime pós-moneísta. No regime disciplinar do século XIX, as técnicas de controle eram imensas, rígidas e externas à subjetividade. Seu modelo paradigmático era a arquitetura prisional, a cuja estrutura estranha o corpo deveria se adaptar ortopedicamente. Por outro lado, as técnicas normalizadoras pós-moneístas são pequenas, flexíveis e suaves (PRECIADO, 2008; 2009). Elas são assimiladas e internalizadas pelos corpos, inscrevendo-se na “mesma estrutura do ser vivo” (Id., 2008, p. 87).

O modelo paradigmático do pós-moneísmo é constituído pelos dispositivos endocrinológicos em geral, e pela pílula contraceptiva em particular. O sujeito farmacopornográfico deixa de habitar em dispositivos disciplinares externos, como a prisão, e passa a ser habitado por técnicas internas de controle da sexualidade, como a pílula. O panóptico se torna comestível, a ortopedia disciplinar dá lugar à microprostética pós-moneísta.

[...] assistimos à progressiva penetração de técnicas de controle social do sistema disciplinar do século XIX no corpo individual. Já não se trata de castigar a infrações sexuais dos indivíduos nem de vigiar e corrigir seus desvios através de um código de leis externas, mas de modificar seus corpos enquanto plataforma viva de órgãos, fluxos, neurotransmissores e possibilidades de conexão e agenciamento, fazendo destes ao mesmo tempo o instrumento, o suporte e o efeito de um programa político. Por suposto, estamos diante de uma forma de controle social, mas de “controle pop”, que se opõe ao controle frio e disciplinar que Foucault caracterizara com o modelo prisional de Jeremy e Samuel Bentham, o panóptico”. (Ibid., p. 134)

Vejamos agora o modo como a pílula contraceptiva, o procedimento pós-moneísta de controle da sexualidade por excelência, opera na construção da feminilidade. Segundo

Preciado (2008; 2009), longe de ser um mero método de controle da natalidade, a pílula é uma poderosa técnica microprostética de produção do gênero feminino. O propósito principal da pílula não é impedir a concepção, mas feminilizar os corpos das consumidoras, ou seja, conformá-los ao ideal morfológico “mulher” tal como o definido pelas sociedades ocidentais contemporâneas.

A pílula não somente regula o ciclo menstrual, adequando-o aos ritmos da “feminilidade natural”; também possui uma série de efeitos cosméticos feminilizantes: melhora a qualidade da pele, impede acnes e o crescimento de pelos corporais e faciais, produz um aumento no tamanho dos seios, etc. Ademais, e isso é de suma importância na argumentação de Preciado, a pílula feminiliza a compleição psíquica das mulheres: elas adquirem um humor lânguido e depressivo, sofrem uma diminuição da libido e se tornam passivas e submissas. A pílula produz “a alma do sujeito mulher heterossexual moderno, [a] alma quimicamente regulada da puta heterossexual sujeita aos desejos sexuais do bio-macho do ocidente” (PRECIADO, 2008, p. 137). “A questão é me administrar a dose farmacopornográfica necessária de estrógenos e progesterona para me transformar em uma fêmea submissa, de peitos grandes, humor depressivo, porém estável, sexualidade passiva ou frígida”. (Ibid., p. 141).

3. Modelo biodrag x Modelo performativo-teatral

Com base no exposto, Preciado (2008, p. 147) defende que “por definição, o corpo feminino nunca é completamente normal fora das técnicas que fazem dele um corpo social”, ou seja, fora do consumo de compostos hormonais. Em outras palavras: as biomulheres – ou seja, as mulheres supostamente “naturais” – são, na realidade, “artefatos industriais modernos, tecnoorganismos de laboratório” (Ibid., p. 147). Mesmo depois da menopausa as mulheres seguem se subordinando a procedimento microprostéticos hormonais que tem como objetivo manter a feminilidade apesar do fim do ciclo menstrual.

[...] a tecnomulher do século XXI torna-se uma potencial consumidora de hormônios sintéticos durante quase cinquenta anos: aos cinquenta de tratamento contraceptivo somam-se hoje dez ou quinze anos de tratamento pós-menopáusico (Ibid., 137)

Valendo-se dos trabalhos de Donna Haraway, Preciado aponta que no capitalismo farmacopornográfico, deve-se falar em um tecnocorpo e não somente de corpo. Com efeito, hoje em dia é impossível conceber um corpo “natural” ou biológico puro que não esteja submetido, de alguma maneira, ao controle biotecnológico da farmacopornografia. O corpo pós-moneísta é uma “entidade tecnoviva multiconectada que incorpora tecnologia. Nem orgasmo, nem máquina: tecnocorpo” (Ibid., p. 39). Seguindo essa linha de pensamento, o autor realiza uma afirmação análoga em referência à noção de gênero. De fato, a noção de gênero deveria dar lugar à de tecnogênero. “Seria [...] mais correto em termos ontopolíticos, falar de tecnogênero, se queremos dar conta do conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas ou cibernéticas que constituem performativamente a materialidade dos corpos”. (Ibid., p. 86)

Assim, chega-se ao ponto em que a posição de Preciado põe em crise o modelo performativo-teatral butleriano da construção cotidiana da identidade de gênero. Certamente o pensador espanhol em nenhum momento tem a intenção de realizar uma análise fenomenológica da constituição cotidiana do gênero como a realizada por Butler. De seus desenvolvimentos teóricos, todavia, pode-se deduzir um modelo teórico alternativo da construção do gênero que é capaz de dar conta de aspectos da cotidianidade contemporânea deixados de lado pela concepção performativa butleriana.

Como mostrado anteriormente, para Butler a identidade de gênero é construída no plano cotidiano mediante a repetição sustentada de atos corporais estilizados que buscam acercar-se de ou imitar um ideal morfológico de gênero. A partir da posição butleriana, com efeito, uma “mulher” se constitui como tal mediante a performance contínua de gestos, comportamentos e movimentos que seguem as direções do papel de gênero feminino, tal como é definido pelo roteiro da heteronormatividade. Sem deixar de dar os louros a esta concepção, Preciado (2009, p. 31) considera que ela “tropeça quando trata de explicar a modificação da estrutura da vida que opera em nossas sociedades pós-moneístas [já que] ignora as tecnologias de incorporação específicas que operam nas diferentes inscrições performativas da identidade”.

Como apontado a algumas linhas, de acordo com Preciado, na era farmacopornográfica e pós-moneísta, o corpo se torna um tecnocorpo, e o gênero, tecnogênero. A partir dessa posição, uma mulher só pode se constituir como tal se se submeter a uma série de técnicas microprostéticas. Segundo Preciado, pois, a constituição

cotidiana ou mundana da feminilidade não consiste na repetição de atos corpóreos estilizados, mas sim no consumo repetido de compostos hormonais. Em outras palavras: na era farmacopornográfica um sujeito se constitui mundanamente como “mulher” não através de uma performance quase teatral, mas sim através de sua submissão contínua aos dispositivos biotecnológicos de controle, como a pílula anticoncepcional. Nesse novo modelo teórico da construção de gênero, a performance quase teatral dá lugar ao consumo regulado de fármacos.

Como também foi apontado, para Butler, a mera repetição performativa leva a uma habituação da corporeidade que possibilita o surgimento da ilusão da naturalidade do gênero, ilusão em cujas armadilhas cai tanto o ator quanto a audiência. A partir da perspectiva de Preciado, entretanto, a sedimentação corporal não é suficiente para constituir o efeito de “naturalidade”; de fato, ele só pode ser alcançado através da modificação orgânica, somática dos corpos, gerada por procedimentos hormonais ou cirúrgicos. “O conceito de performance de gênero, e mais ainda, de identidade performativa, não permite levar em conta os processos biotecnológicos que fazem com que determinadas performances ‘passem’ por naturais e outras, pelo contrário, não” (Ibid., p. 39)

A despeito das evidentes diferenças, há uma semelhança estrutural entre os modelos teóricos de Preciado e Butler⁷. Nas duas argumentações a análise dos sujeitos “desviantes” ou “anormais” – a travesti, a transexual, o hermafrodita, etc. – opera um papel fundamental ao passo que permite evidenciar o modo óbvio – e, portanto, invisível – como se constrói o gênero “normal”. Para Butler, ao performar a feminilidade de maneira hiperbólica, a drag queen manifesta com clareza o caráter imitativo e performativo que a identidade de gênero sempre possui. Por sua parte, no esquema teórico de Preciado, a biodrag ou a mulher transexual cumpre um papel similar ao da drag queen butleriana⁸. À medida em que consome uma multiplicidade de compostos hormonais e se submete a operações cirúrgicas para feminilizar seu corpo, a biodrag realiza de maneira consciente, esclarecida e hiperbólica aquilo eu as biomulheres fazem inconsciente e obscuramente na cotidianidade farmacopornográfica. Para Preciado (2009, p. 34) “a partir da década de 1950, a construção da feminilidade é em todos os casos um processo de travestismo somático ou de biodrag”.

⁷ Este isomorfismo argumentativo se deve possivelmente à influência que Butler exerce sobre Preciado (N.a.)

⁸ A este respeito, em Preciado (2009) é paradigmático o caso Agnès. (N.a.)

Entretanto, enquanto a transexual sabe que está se valendo dessas técnicas, “a mulher biológica estadunidense típica as consome de forma inconsciente [...] como se se tratasse de complementos ‘naturais’ de sua feminilidade” (Ibid., p. 33).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo contrastar as perspectivas teóricas de Butler e Preciado sobre a construção do gênero. Para tal, em um primeiro momento se apresentaram os traços fundamentais da crítica de Butler à metafísica de gênero para, em seguida, delinear sua concepção performativo-teatral. No segundo, esboçou-se a análise de Preciado sobre o capitalismo farmacopornográfico e o pós-moneísmo e foram expostos os traços principais do modelo biodrag decorrente de seu diagnóstico macrosociológico.

Como se pode observar, a pesar da existência de analogias argumentativas, constata-se diferenças nos dois modelos teóricos. Enquanto Butler dá ênfase na performance cotidiana de atos corporais quase teatrais, Preciado focaliza sua atenção na incorporação e consumo de técnicas microprotéticas como sintoma do advento de um novo regime sexual: o pós-moneísmo.

A ênfase excessiva de Butler na performatividade teatral faz com que ela não preste atenção no papel primordial que possui hoje em dia, no auge do pós-moneísmo, os processos biodrag na construção das identidades sexuais. Por outro lado, Preciado reconhece a importância desses processos, mas não realiza uma análise fenomenológica pormenorizada das performances dramático-corporais, análise que se pode encontrar na obra da escritora estadunidense.

A constatação de divergências entre os dois modelos teóricos não significa que eles sejam mutuamente excludentes. Pelo contrário, crê-se que as duas posições são complementares. Nesse sentido, Preciado (2009, p. 32) está correto quando afirma que não se deve pensar o modelo biodrag “como uma ruptura com o marco de análise butleriano, mas como um aporte ao que a própria Butler chama, sem dar demasiados detalhes, uma consideração cenográfica e topográfica da construção do sexo”.

A construção da identidade de gênero nas sociedades contemporâneas é um fenômeno multidimensional que não pode ser apreendido de um só golpe. Nesse sentido,

para fazer jus a sua complexidade é útil aplicar conjuntamente modelos teóricos divergentes como os de Butler e Preciado.

As reflexões propostas neste escrito não somente constituem um aporte à análise teórico-filosófica da construção da identidade sexual, mas também pode ser benéfica para oferecer rigor conceitual às pesquisas empíricas sobre o tema que são desenvolvidas em diferentes disciplinas das ciências humanas.

Referências

BOURDIEU, P. *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

Butler, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, v. 40 n. 4, p. 519-531, 1988.

_____. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

DE LAURENTIS, T. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

DURKHEIM, É. *Las reglas del método sociológico*. Madrid: Akal, 2001.

FEMENÍAS, M. L. (diciembre, 2003). Aproximación al pensamiento de Judith Butler. In: CONFERENCIA. Gijón, 2003. Disponível em: <<http://www.comadresfeministas.com/publicaciones/enlweb/femenias.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2021

FONSECA-HERNÁNDEZ, C.; QUINTERO-SOTO, M. L. La teoría Queer: la de-construcción de las

sexualidades periféricas. *Sociológica*, v. 24 n. 69, p. 43-60, 2009.

GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1967.

HORKHEIMER, M. Materialismus und Metaphysik. In: HORKHEIMER, Max. *Kritische Theorie: Band I* (pp. 31-67). Frankfurt am Main: Fischer. pp. 31-67, 1968.

HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie: Erstes Buch. Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*. Hamburgo: Felix Meiner, 2009.

LECIÑANA-BLANCHARD, M. Crisis del sujeto desde el feminismo filosófico y sus perspectivas en América Latina. In: FEMENÍAS, M. L. (Org.) *Feminismos de París a La Plata*. Buenos Aires: Catálogos, pp. 127-145, 2006.

LEIBNIZ, G. W. *Tratados fundamentales. Discurso de metafísica*. Buenos Aires: Losada, 2004.

MARX, K. El 18 Brumario de Luis Bonaparte. Madrid: Akal, 1968.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenología de la percepción*. Barcelona: Planeta-De Agostini, 1985.

OSBORNE, R. *La construcción sexual de la realidad*. Un debate en la sociología contemporánea de la mujer. Madrid: Cátedra, 1993.

PRECIADO, P. B. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

_____. La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos. In: *Conversaciones Feministas*: Biopolítica. Buenos Aires: Ají de pollo, p. 15-38, 2009.

_____. Beatriz Beto Paul Preciado. México. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=P7ZufifUMzQ>. Acesso em: 03 abr. 2021.

_____. (2012). Historia de una palabra: Queer. *paroledequeer* Disponible em: <http://paroledequeer.blogspot.com/p/beatriz-preciado.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SALIH, S. On Judith Butler and Performativity. In: LOVAAS, K. ; JENKINS, M. (Orgs.) *Sexualities & Communication in Everyday Life: A Reader*. Londres: Sage, 2007, p. 55-68.

SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the Closet*. Londres: University of California Press, 1990.